

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.808 - TO  
(2019/0267712-0)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**RECORRENTE : EVERTON GOMES DO ROSARIO MOREIRA**  
**ADVOGADO : MAURILIO PINHEIRO CÂMARA FILHO E OUTRO(S) - TO003420**  
**RECORRIDO : ESTADO DO TOCANTINS**  
**PROCURADOR : NÁDJA CAVALCANTE RODRIGUES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - TO004331B**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Ordinário interposto contra acórdão assim ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO. RECONHECIMENTO DE APTIDÃO PARA REENQUADRAMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO. OMISSÃO EM EFETIVAÇÃO. RESPALDO LEGAL. AUSÊNCIA MOMENTÂNEA DE ATO COATOR. 1- Estando o ato de efetivação de progressão de servidor público obstado por lei que suspende, temporariamente, sua concessão, não há que se falar em existência, ao menos enquanto vigente aquela, de ato coator a ser combatido por mandado de segurança. 2- Petição inicial indeferida.

Extinção sem resolução de mérito.

Nas razões do Recurso Ordinário, aduz o recorrente ser servidor público do Estado do Tocantins desde 1/2/2006, e que migrou para a tabela de vencimentos constantes do Anexo IV da Lei Estadual 2.805/2013, mantendo todos os seus direitos e garantias anteriores, estando, atualmente, inserido no Padrão III, referência I, na evolução funcional vertical, e no Padrão III, referência J, na evolução funcional horizontal da carreira.

Sustenta que a Administração Pública reconheceu o seu direito à progressão, conforme os Atos 8 e 11, de 13/6/2018, veiculados no Diário Oficial do Estado, de 26/7/2018, e que até o presente momento não houve a efetivação desse direito.

Alega, ademais, possuir direito líquido e certo à progressão funcional, mas que até agora a autoridade coatora omite-se em publicar suas progressões funcionais, ao argumento de que o Estado do Tocantins está impedido por lei de concedê-las.

Outrossim, assevera o recorrente que “se trata de uma interpretação ingênua da Lei, pois resta claro no texto da Lei, que serão suspensos pelo prazo de 24 meses a CONCESSÃO de progressões, e não as progressões que já foram concedidas anteriores a Lei. No caso, se trata de um direito adquirido em 2015 e

2017,direito este, de ser promovida para o padrão III, referência I desde 01/03/2015 e para o padrão III, referência J desde 01/03/2017” (fl. 183).

Pede, ao final, a concessão da Tutela Antecipada de Urgência por entender que estão presentes os requisitos autorizadores. No mérito, postula o provimento do Recurso Ordinário.

Contrarrazões às fls. 300-303, e-STJ.

O Ministério Público opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso:

Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. Administrativo. Servidor público. Progressão funcional. Impetração do mandado de segurança após a vigência da Medida Provisória Estadual nº 2/2019, convertida na Lei Estadual nº 3.462/2019, que suspendeu, pelo período de 24 meses, a concessão de progressões funcionais. Inexistência de ato omissivo. Subordinação da Administração Pública ao princípio da legalidade. Parecer pelo conhecimento e desprovimento do recurso.

### **É o relatório.**

#### **Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 7.10.2019.

A insurgência cinge-se a definir se há ato omissivo da autoridade tida como coatora que configure lesão a direito líquido e certo do recorrente.

Constata-se no que tange à controvérsia suscitada, o acórdão recorrido entender que não há se falar em existência de ato coator a ser combatido por Mandado de Segurança, tendo em vista que "com a edição da Medida Provisória Estadual nº 2, de 1º/02/2019, convertida na Lei nº 3.462, de 25/04/2019, publicada no Diário Oficial nº 5.345, suspendeu-se, pelo período de até 24 meses, a concessão de progressões funcionais previstas nas leis dos diversos quadros de pessoal que integram o Poder Executivo Estadual, impedindo, por conseguinte, que o Secretário da Administração pratique o ato cuja suposta omissão justifica esta impetração". *In verbis*:

No que toca ao preenchimento dos requisitos impostos pela Lei nº 2.805/2013 para a progressão funcional, convém anotar que não há possibilidade de discuti-los por esta via, porquanto não seja cabível ao Judiciário adentrar em tal exame, se já analisado por quem detém competência para fazê-lo. Resta, assim, apenas aferir se está ou não configurada a omissão injustificada do Impetrado em efetivar as pretendidas progressões, cuja aptidão já foi reconhecida.

E, neste ponto, impende registrar que, com a edição da Medida Provisória Estadual nº 2, de 1º/02/2019, convertida na Lei nº 3.462, de 25/04/2019, publicada no Diário Oficial nº 5.345, suspendeu-se, pelo período de até 24 meses, a concessão de progressões funcionais previstas nas leis dos diversos quadros de pessoal que integram o Poder Executivo Estadual, impedindo, por conseguinte, que o Secretário da Administração

# *Superior Tribunal de Justiça*

pratique o ato cuja suposta omissão justifica esta impetração.

Nesse contexto, tendo em vista que a presente ação mandamental foi impetrada apenas em 20/02/2019, data em que não mais era possível a efetivação da pretendida progressão, por força da supracitada lei, de se concluir que a omissão aduzida pelo Impetrante goza, no presente momento, de respaldo legal, pelo que inexistente ilegalidade ou abuso de poder por parte da autoridade indigitada coatora, que, por ora, encontra-se impedida de ratificar o ato emanado pela Comissão que concluiu pela aptidão daquele à evolução funcional pretendida.

Não há, portanto, neste momento, ato coator a lesionar direito líquido e certo do Impetrante, pelo que se evidencia não tratar-se de caso de mandado de segurança, fazendo incidir o óbice ao prosseguimento deste writ insculpido no art. 10 da Lei nº 12.016/09.

Observa-se que sobreveio legislação estadual que veda a progressão funcional de servidores públicos do ente federativo pelo prazo de dois anos a contar de sua vigência. Ademais, a leitura do texto legal levado em conta pelo Tribunal de Justiça para indeferir a petição inicial do Mandado de Segurança revela que não há ressalva de que a vedação inclui tão-somente a concessão de novas progressões funcionais a partir de sua vigência.

Denota-se, portanto, que o ato dito como coator pelo recorrente, na verdade, trata-se de subordinação da Administração Pública ao princípio da legalidade.

Assim, considerando que o Mandado de Segurança foi impetrado em 20/2/2019, isto é, após a entrada em vigor da Medida Provisória 2/2019 (1/2/2019), não há que falar em ato omissivo, mas sim subordinação do Gestor público à lei, pois é consabido que à Administração Pública só é dado fazer aquilo que a lei autoriza.

Diante do exposto, **nego provimento ao Recurso Ordinário**. Fica prejudicada a análise da Tutela Antecipada de Urgência.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator